



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma LEI ORDINÁRIA Nº 3533/1998		
Ementa ALTERA O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA.		
Data da Norma 02/04/1998	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência Em vigor		



ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.533 DE 02 DE ABRIL DE 1998
(Autoria do Ver. Rubeneuton O. Lima)

“Altera o Código de Obras do Município de Indaiatuba.”

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 160 da Lei nº 1.450 de 08 de dezembro de 1.976, que institui o Código de Obras do Município de Indaiatuba, fica acrescido de três parágrafos, com a seguinte redação:

“Art. 160 -

“§ 1º -

“§ 2º -

“§ 3º - Edifícios destinados a habitação coletiva, comércio ou prestação de serviços, com mais de 04 (quatro) pavimentos a partir do nível da rua, deverão observar um recuo em suas divisas com terrenos contíguos nunca inferior a 2,50 metros.

“§ 4º - Edifícios de habitação coletiva deverão ter local para estacionamento de veículos de modo que atenda no mínimo a uma vaga por unidade habitacional.

“§ 5º - Instalação e funcionamento de comércio em geral e prestação de serviços, as novas edificações ficarão obrigadas a prever vagas para estacionamento de veículos nas condições abaixo:

“a) recuo de 5,00 metros no terreno para toda a construção comercial, permitindo o avanço de no máximo 1,00 metro para pavimentos superiores ou uma vaga para cada 80,00 metros quadrados de área construída;

“b) quando a construção for acima de 700,00 metros quadrados ou acima de 03 (três) pavimentos, deverá ter no mínimo, uma vaga a cada 80,00 metros quadrados;

“c) dimensões mínimas de 2,50 x 5,00m para cada vaga;



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

LEI 3533/1998
Fls. 3/3

ESTADO DE SÃO PAULO

“d) recuo frontal de 4,00 (quatro) metros para o início das rampas, quando se tratar de estacionamento coletivo, residencial ou comercial;

“e) a taxa de ocupação (T.O.) de construção para qualquer finalidade não poderá ser superior a 80% (oitenta por cento).”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei 3.396 de 17 de março de 1997.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 02 de abril de 1998.


REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL